



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 680,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 1 675 106,04	
	A 1.ª série	Kz: 989.156,67	
	A 2.ª série	Kz: 517.892,39	
	A 3.ª série	Kz: 411.003,68	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 75/22:

Dá por findas as funções de Isaías Henrique Ngola Samakuva como membro do Conselho da República.

Decreto Presidencial n.º 76/22:

Dá por findas as funções de Lucas Benghy Ngonda como membro do Conselho da República.

Decreto Presidencial n.º 77/22:

Designa Adalberto da Costa Júnior, Presidente do Partido UNITA, membro do Conselho da República.

Decreto Presidencial n.º 78/22:

Designa Nimi a Simbi, Presidente do Partido FNLA, membro do Conselho da República.

Decreto Presidencial n.º 79/22:

Designa Jorge Alicerces Valentim membro do Conselho da República.

Despacho Presidencial n.º 66/22:

Exonera os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banco de Desenvolvimento de Angola — BDA.

Despacho Presidencial n.º 67/22:

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada para a celebração dos Contratos de Empreitada para a conclusão da construção do Templo da Sé Catedral na Cidade do Cuito, Província do Bié, no valor global de Kz: 845 333 218,70, a ser celebrado com a empresa T. ANGOLA — Construção Civil e Obras Públicas, Limitada, e aquisição de serviços de fiscalização da referida empreitada, no valor global de Kz: 42 266 660,93, a ser celebrado com a empresa EGPO, Limitada, Empresa de Gestão, Projectos e Consultoria, Limitada, e delega competência ao Ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, bem como para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento, para a celebração dos correspondentes contratos, incluindo a assinatura dos mesmos.

Despacho Presidencial n.º 68/22:

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, com base no critério material, para a celebração do Contrato para a instalação da infra-estrutura de telecomunicações e tecnologias de informação com a empresa New Cognito Limitada, no valor de Kz: 2 583 417 057,36, e delega competência ao Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, as propostas técnicas e comerciais, bem como para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito deste procedimento.

Despacho Presidencial n.º 69/22:

Nomeia as individualidades que integram o Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banco de Desenvolvimento de Angola — BDA e outorga poderes ao Ministro da Economia e Planeamento para conferir posse às entidades nomeadas.

Órgãos Auxiliares do Presidente da República — Casa Civil —

Rectificação n.º 1/22:

Rectifica o Despacho Presidencial n.º 65/22, de 30 de Março, publicado no *Diário da República* n.º 56, I Série, que aprova a Estratégia de Gestão Activa da Carteira dos *Eurobonds* e em especial o Memorando sobre a Oferta de Aquisição relativo ao resgate antecipado de alguns dos *Eurobonds* remanescentes emitidos pela República de Angola e dependendo do nível de procura a emissão de novas séries de *Eurobonds* até ao montante de USD 3 000 000 000,00, e autoriza a Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação, emissão e assinatura de toda a documentação relacionada com o Memorando.

Ministério das Relações Exteriores

Decreto Executivo n.º 181/22:

Aprova o Regulamento do Conselho de Direcção.

Decreto Executivo n.º 182/22:

Aprova o Regulamento do Conselho Consultivo.

Decreto Executivo n.º 183/22:

Aprova o Regulamento da Reunião de Embaixadores.

Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente

Decreto Executivo n.º 184/22:

Revoga o Decreto Executivo n.º 53/21, de 1 de Março, que nomeia a Comissão Técnica de Avaliação de Processos Sujeitos à Análise de Impacto Ambiental e todas as disposições regulamentares que contrariem o disposto no presente Diploma.

Banco Nacional de Angola

Aviso n.º 9/22:

Estabelece regimes especiais de crédito à habitação e de crédito à construção e define os termos, condições e custos aplicáveis a esses créditos, bem como o seu tratamento no cálculo das reservas obrigatórias.

Aviso n.º 10/22:

Estabelece os termos e condições aplicáveis, os requisitos mínimos em termos de número e valor total e o seu tratamento no cálculo das reservas obrigatórias, relativamente ao crédito que as Instituições Financeiras Bancárias devem conceder ao Sector Real da Economia. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Aviso.

- vii. Director das Tecnologias de Informação, Comunicação Institucional e Imprensa;
- viii. Secretário Nacional da SADC;
- ix. Director Geral do ICAESC;
- x. Director Geral da AD.

3. Na ausência dos titulares dos Órgãos e Serviços mencionados no número anterior, os seus representantes passam a ocupar o último lugar, referente à precedência estabelecida na categoria do seu órgão ou serviço.

4. Poderão igualmente participar outros funcionários do MIREX ou de outros organismos do Estado que o Ministro entenda convocar, para tratamento de questões específicas.

ARTIGO 5.º
(Periodicidade das Reuniões)

1. As reuniões do Conselho de Direcção são convocadas pelo seu Presidente, da qual deve constar a agenda e ordem de trabalho.

2. A convocatória deve ser feita com 8 dias de antecedência, devendo indicar o dia, hora e local da sessão.

3. O Conselho de Direcção reúne-se, ordinariamente, 3 (três) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

ARTIGO 6.º
(Organização da sessão)

1. A Organização da Sessão é coordenada pela DGPE, em colaboração com a SG e a DTICII.

2. Cabe à organização da sessão exercer as seguintes funções:

- a) Preparar as condições técnicas necessárias para a realização do Conselho;
- b) Preparar condições relacionadas com a recepção dos membros e convidados;
- c) Credenciar e distribuir o material de trabalho aos membros do Conselho de Direcção;
- d) Preparar com antecedência o local de realização do Conselho de Direcção, assim como criar as condições materiais para a sua realização.

ARTIGO 7.º
(Secretariado do Conselho de Direcção)

1. O Secretariado é coordenado pelo DGMRE e integrado pelos Directores de Gabinete dos Secretários de Estado.

2. Cabe ao Secretariado do Conselho exercer as seguintes tarefas:

- a) Indicar a data e o local de realização do Conselho de Direcção;
- b) Proceder ao registo das reuniões;
- c) Elaborar e distribuir a acta das reuniões;
- d) Proceder ao registo dos membros do Conselho de Direcção, bem como ao registo dos intervenientes aos debates ou outras intervenções;

- e) É responsabilidade do Secretariado do Conselho de Direcção distribuir a acta a todos os membros e participantes do Conselho, 72 horas, após a realização da reunião.

ARTIGO 8.º
(Acta)

O Secretariado submete a acta à apreciação da Plenária, que será aprovada pelo Presidente.

ARTIGO 9.º
(Ausências)

As faltas dos membros às reuniões devem ser justificadas por escrito ao Ministro.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 10.º
(Alterações)

As alterações ao presente Regulamento são apreciadas no Conselho de Direcção do MIREX para aprovação do Ministro.

O Ministro, *Tête António*. (21-8992-A-MIA)

Decreto Executivo n.º 182/22
de 6 de Abril

Considerando que foi aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto Presidencial n.º 257/20, de 13 de Outubro;

Havendo necessidade de regulamentar a composição, estrutura e funcionamento do Conselho Consultivo, que integra a estrutura orgânica do MIREX, a qual consta da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do citado Estatuto;

Considerando que o objectivo fundamental a atingir de imediato é a transformação qualitativa do funcionamento do MIREX em geral, que só será viável através de uma correcta definição de princípios e competências;

Nos termos das disposições combinadas dos artigos 137.º da Constituição da República de Agola e da alínea z) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do MIREX, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento do Conselho Consultivo, anexo ao presente Diploma que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Duvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas por Despacho do Ministro das Relações Exteriores.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Abril de 2022.

O Ministro, *Tête António*.

REGULAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAPÍTULO I Objecto e Natureza

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Diploma tem por objecto regular o funcionamento do Conselho Consultivo, criado nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, doravante designado MIREX, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 257/20, de 13 de Outubro.

ARTIGO 2.º (Natureza)

O Conselho Consultivo é o órgão de apoio consultivo de assessoria do Ministro das Relações Exteriores em matéria de gestão, orientação e coordenação dos Serviços do MIREX, de acordo com o artigo 8.º do Estatuto Orgânico do MIREX.

CAPÍTULO II Organização e Funcionamento

ARTIGO 3.º (Atribuições)

Ao Conselho Consultivo cabe desempenhar as atribuições a si consignadas no n.º 1 do artigo 8.º do Estatuto orgânico, nomeadamente as seguintes:

- a) Analisar e pronunciar-se sobre os princípios gerais a que deve obedecer a actividade do MIREX;
- b) Analisar as propostas do programa de actividades do MIREX, bem como as medidas que visam o cabal cumprimento das suas atribuições;
- c) Pronunciar-se sobre as acções de reestruturação ou dinamização do MIREX;
- d) Analisar e emitir pareceres sobre projectos de diplomas legais elaborados pelo MIREX, quando necessário;
- e) Analisar a política de quadros do MIREX;
- f) Pronunciar-se sobre os demais assuntos submetidos pelo Ministro.

ARTIGO 4.º (Composição)

1. O Conselho Consultivo é presidido pelo Ministro das Relações Exteriores e na sua ausência, por um dos Secretários de Estado indicado pelo Ministro.

2. Compõem o Conselho Consultivo as entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 8.º do Estatuto Orgânico do MIREX e deverão obedecer à lista de precedências apresentadas pela DGPE, seguindo a antiguidade na categoria e exercício de funções.

3. Poderão igualmente participar outros funcionários, do MIREX ou de outros organismos do Estado que o Ministro entenda convocar, para tratamento de questões específicas.

4. Em caso de impedimento de um membro do Conselho Consultivo, o mesmo poderá ser representado por quem no momento esteja a exercer as suas funções, ocupando este o último lugar da mesa de reuniões.

ARTIGO 5.º (Presidência das sessões)

Ao Presidente das Sessões do Conselho Consultivo compete orientar os trabalhos e em especial o seguinte:

- a) Aprovar a agenda de trabalho;
- b) Aprovar as matérias submetidas à análise do Conselho Consultivo;
- c) Proceder à abertura e ao encerramento do Conselho Consultivo;
- d) Aprovar as conclusões e recomendações do Conselho.

ARTIGO 6.º (Periodicidade das reuniões)

1. As sessões do Conselho Consultivo são convocadas pelo seu Presidente, da qual deve constar a agenda e ordem de trabalho.

2. A convocatória deve ser feita com 15 dias de antecedência, devendo indicar o dia, hora e o local da sessão.

3. O Conselho Consultivo reúne-se, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

ARTIGO 7.º (Organização da Plenária)

1. A Organização da Plenária é coordenada pela DGPE em colaboração com a SG e a DTICII.

2. Cabe à Organização da Plenária exercer as seguintes funções:

- a) Preparar as condições técnicas necessárias para a realização do Conselho Consultivo;
- b) Preparar condições relacionadas à recepção dos membros e convidados;
- c) Credenciar e distribuir o material de trabalho aos membros do Conselho Consultivo;
- d) Preparar com antecedência o local de realização do Conselho Consultivo, assim como criar as condições materiais para a sua realização.

ARTIGO 8.º (Secretariado do Conselho Consultivo)

1. O Secretariado é coordenado pela DGMRE e é integrado pelos Directores de Gabinete dos Secretários de Estado.

2. Cabe ao Secretariado do Conselho Consultivo, exercer as seguintes tarefas:

- a) Indicar a data e local de realização do Conselho Consultivo no primeiro trimestre de cada ano;
- b) Proceder ao registo das sessões;
- c) Elaborar e distribuir a acta das sessões;
- d) Proceder ao registo dos membros do Conselho Consultivo, bem como ao registo dos intervenientes aos debates ou outras intervenções;
- e) Responsabilizar-se pela distribuição da acta a todos os membros e participantes, 72 horas após a realização da reunião.

ARTIGO 9.º
(Metodologia de trabalho)

1. O Conselho Consultivo utiliza a apresentação dos temas em Plenária como metodologia de trabalho.

2. As intervenções dos membros do Conselho Consultivo devem ser feitas com o pedido da palavra ao Presidente, com base em inscrições prévias dos intervenientes, não devendo cada intervenção ultrapassar os 5 minutos.

ARTIGO 10.º
(Acta)

O Secretariado submete a acta à apreciação da Plenária, que será aprovada pelo Presidente.

ARTIGO 11.º
(Ausências)

As faltas dos membros às reuniões devem ser justificadas por escrito ao Ministro.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 12.º
(Alterações)

As alterações ao presente Regulamento são apreciadas pelo Conselho de Direcção do MIREX, para aprovação do Ministro.

O Ministro, *Tête António*.

(21-8992-B-MIA)

Decreto Executivo n.º 183/22
de 6 de Abril

Considerando que foi aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto Presidencial n.º 257/20, de 13 de Outubro;

Havendo necessidade de regulamentar a composição, estrutura e funcionamento da Reunião de Embaixadores, que integra a estrutura orgânica do MIREX, a qual consta da alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º do citado Estatuto;

Considerando que o objectivo fundamental a atingir de imediato é a transformação qualitativa do funcionamento do MIREX em geral, que só será viável através de uma correcta definição de princípios e competências;

Nos termos das disposições combinadas do artigo 137.º da Constituição da República e da alínea z) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do MIREX, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento da Reunião de Embaixadores, anexo ao presente Diploma que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas por Despacho do Ministro das Relações Exteriores.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Abril de 2022.

O Ministro, *Tête António*.

REGULAMENTO DA REUNIÃO
DE EMBAIXADORES DO MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAPÍTULO I
Objecto e Natureza

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Diploma tem por objecto regular o funcionamento da Reunião de Embaixadores, previsto nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, doravante designado MIREX.

ARTIGO 2.º
(Natureza)

A Reunião de Embaixadores é o órgão de apoio consultivo de assessoria do Ministro das Relações Exteriores para a análise da execução da política externa da República de Angola.

CAPÍTULO II
Organização e Funcionamento

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

São atribuições da Reunião de Embaixadores as seguintes:

- a) Analisar a execução da Política Externa do Estado Angolano em todas as suas vertentes;
- b) Recomendar estratégias e linhas mestras de actuação político-diplomática.

ARTIGO 4.º
(Composição e participação)

1. A Reunião de Embaixadores é presidida pelo Presidente da República e orientada pelo Ministro das Relações Exteriores e integra, além dos Secretários de Estado, os Embaixadores Extraordinários e Plenipotenciários e os Directores dos Serviços do Ministério das Relações Exteriores e deverão obedecer à precedência estabelecida pela lista de antiguidade na categoria diplomática de Embaixador, na seguinte ordem:

- a) Decano dos Embaixadores;
- b) Vice-Decano dos Embaixadores;
- c) Demais Embaixadores, pela ordem da lista de antiguidade no exercício de funções.

2. Podem participar na Reunião de Embaixadores outros funcionários do MIREX ou de outros organismos do Estado que o Ministro entender convidar para tratamento de questões específicas.